

**ORÇAMENTO, PLANO DE ACTIVIDADES E
PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
2012**

Para apreciação e aprovação apresentamos as propostas de Orçamento e Plano de Actividades para 2012 e o Plano Plurianual de Investimentos para esse ano e seguintes.

1 – ORÇAMENTO

O orçamento proposto para 2012 apresenta o valor de 26.900.000,00 euros.

Trata-se de um orçamento com valor abaixo do de 2011, mas as possibilidades de financiamento de obras do QREN pode permitir uma boa realização financeira no final do ano, mesmo superior à de 2011.

Trata-se de um orçamento que de ano para ano vai sendo mais rigoroso. Mesmo assim com a abertura para poder responder às adaptações, aos ritmos das obras e a outras necessidades que surjam durante o ano.

Mas mesmo que teoricamente o orçamento permita alterações e correcções durante o percurso, nunca tolera qualquer falta de rigor na aplicação das regras de austeridade a que por lei e pelas circunstâncias que todos conhecemos, estamos obrigados.

A Câmara no próximo ano terá as receitas do Estado muito próximo do que eram há 10 anos. Basta isto para se imaginar as nossas dificuldades. Agravadas ainda por cima em querer obter o máximo de fundos comunitários, o que nos obriga a canalizar para aí a componente própria, quer isto dizer, a grande parte das nossas economias.

É isso o que este orçamento apresenta, sem contudo deixar de cumprir as suas obrigações das despesas correntes e do investimento na promoção, na cultura, na educação e na acção social.

As **receitas correntes** estão previstas como a lei determina e muito próximo daquilo que será a sua realização. Vamos ter menos receitas correntes que no ano anterior mas, mesmo assim, cumprimos uma regra cada vez mais difícil de, com estas receitas, cobrir as despesas correntes.

Poderemos vir a receber mais que o previsto do IMI, fruto da avaliação em curso. Relativamente a derrama e às rendas da EDP ainda não está nada concretizado. Embora esteja certo que este assunto já esteve mais longe de ser resolvido.

Pena é que a avaliação dos prédios antigos não contemplasse o abaixamento dos prédios novos que já pagam uma boa "renda", mesmo aplicando a autarquia a taxa mínima.

A tarifa da água não será alterada, mas o lixo e o saneamento não pode ver as tarifas degradarem-se, pois apenas cobramos pouco mais de 1/3 parte daquilo que gastamos.

Um bom contributo para estas receitas é dado pela EHATB e pelas eólicas.

As **despesas correntes** totalizam 11.688.000,00 euros, também um valor menor que o do ano anterior. Mas, por mais que se corte, a despesa é sempre elevada. E acontece já que os cortes e as poupanças que fizemos vão ser "comidas" pelo aumento dos preços e pela alteração do IVA.

Como a electricidade passa a pagar uma taxa de 23% estou ansioso para saber quanto é que o Governo arrecada com este imposto da riqueza aqui produzida.

Não há aumento de despesas com pessoal. Esse valor até poderá baixar.

E é de referir sempre que muitas despesas aqui incluídas como correntes, tais como pessoal auxiliar, reparações de máquinas, combustíveis, pneus, que servem para fazer muita obra, correspondem na prática a investimento de capital. Isto é: se não tivéssemos tanta máquina e pessoal auxiliar, teríamos menos despesas correntes, mas teríamos de gastar o mesmo ou mais dinheiro para mandar fazer as obras aos privados.

As **receitas de capital** somam 14.721.000,00 euros. Estão aqui incluídas as receitas previstas do QREN, a venda de património, as transferências do FEF e também a abertura para os protocolos em negociação com a EDP e com a Iberdrola, neste último caso sem verba definida.

As **despesas de capital** totalizam 15.212.000,00 euros. Dado que em 2011 iremos passar de ano com a dívida a zero, temos a garantia de uma maior realização de obra nova efetiva, pois não transitam compromissos assumidos e não pagos como era corrente, facto que poucas Câmaras poderão reclamar.

Financiamento e dívida Não está previsto recurso ao crédito e não é admitido para o quadro de obras que temos, incluindo mesmo a estrada para Chaves. Vamos é abater mais dinheiro à dívida bancária.

2 – PLANO DE ACTIVIDADES

Aqui se incluem acções e se apontam despesas obrigatórias que têm a ver com o funcionamento da Câmara e com o apoio a várias instituições e iniciativas.

Este plano, como o PPI, é um plano aberto porque pode receber novas acções que possam surgir durante o ano. Embora tudo subordinado ao valor total orçamentado. Quer isto dizer que se houver acções novas, haverá diminuição ou será eliminada mesmo a verba para algumas acções previstas.

Destacamos as áreas mais relevantes:

1 – Protecção Civil

Com uma pequena redução, mantemos os protocolos com os bombeiros, garantido que foi o financiamento das duas EIP's pelo Governo que paga 50% de 5 elementos em Salto e 5 elementos em Montalegre e os outros 50% pela Câmara, acrescido do valor de apoio ao socorro e protecção civil.

Mantemos em actividade o gabinete florestal, fruto do protocolo de financiamento com o governo.

Há ainda o seguro de bombeiros, as despesas com a neve e o gelo e com os caminhos florestais.

Vamos adquirir equipamentos limpa-neve financiados pelo ON e estamos a avaliar a possibilidade de aquisição de duas viaturas 4x4 para limpeza e espalhamento de sal.

2 - Educação

Os investimentos nesta área cresceram exponencialmente e é difícil andar para trás. Que ao esforço financeiro que fazemos se junte o bom aproveitamento do trabalho nas escolas.

Mantemos as actividades de enriquecimento, a alimentação a todos os alunos deslocados o material de desgaste, o apoio a alunos carenciados e um elevado gasto em transportes.

A iluminação, o aquecimento, o pessoal auxiliar, o prolongamento de horário sem participação dos pais, o apoio a actividade de animação, é uma parcela volumosa da despesas.

3 – Acção Social

Temos o compromisso de financiamento da UCC e estamos a ponderar e reavaliar a promessa de apoio para construção de dois novos lares. A procura, a crise, a subida do IVA, a falta de resposta de Segurança Social pelo menos ao funcionamento, obriga-nos a tomar esta decisão. Nunca seria aceitável, mais nesta situação, que se fizessem as obras e que depois não funcionassem.

Continua o apoio aos estágios profissionais, ao projecto itinerâncias e ao projecto de Inserção Social.

O edifício Albino Fidalgo II está em bom andamento e temos de reforçar este ano o apoio a beneficiação de habitação de carenciados.

Crescem também os pedidos de aplicação da tarifa social da água e do saneamento.

Espero que a degradação social do país não se sinta no concelho da forma gravosa que já afecta muita gente nas grandes cidades que passa mal e pede apoio para comer. Mas se isso acontecer estamos prontos para responder em todo o lado.

Está em criação uma CERCÍ. A Câmara prestará todo o apoio e garante instalações nos edifícios disponíveis. Espero que este processo tenha sucesso porque é uma obrigação moral apoiar o sector da deficiência da forma mais humana e generosa que seja possível.

4 – Cultura

Exigindo-se inovação que garantimos, há um núcleo duro de acções que continuam a ser reclamadas e até já referência para o Município.

Festas do concelho
Animação pela Biblioteca

Apoio às Associações locais
Colóquios
Apoio a publicações
Campeonato Chegas de Bois
Exposições e animação pelo Ecomuseu
Teatro e Tradições
Biblioteca Digital

Temos o projecto de beneficiação da Biblioteca e o Arquivo para serem apresentados ao QREN. Vai ser lançado o concurso do Ecomuseu – Casa de Fafião.

Vamos equipar o palco do auditório e tornar mais confortável o espaço com o aquecimento por baixo das cadeiras e mais barato.

Está em desenvolvimento o parque Temático das Minas da Borralha.

5 – Desporto

Com meios financeiros aquém das necessidades dos clubes mantém-se o apoio ao CDC Montalegre, ao GD de Salto ao GD de Vilar de Perdizes e à Associação "A Colmeia", para apoio à promoção do desporto e formação dos jovens atletas.

Encomendamos um projecto para beneficiação das piscinas de forma a alterar o sistema de aquecimento, tornando o funcionamento daquele equipamento viável em termos de custos financeiros.

Desenvolvemos outras actividades desportivas que também se revertem de interesse na área da dinamização e da promoção.

6 – Promoção/Turismo/Apoio a Actividades Económicas

Trata-se de uma das áreas mais importantes porque é aqui que se pode dinamizar o tecido económico, criar riqueza e emprego. Por isso todos os anos fazemos um grande investimento nesta área. E conseguimos impor

eventos que ganharam dimensão regional e mesmo nacional. São os produtos locais, a ruralidade, a cultura, a natureza e ambiente, ao serviço das pessoas e da economia e do desenvolvimento.

Estamos a elaborar um projecto inédito para a exploração da castanha nas zonas onde tradicionalmente já se produz esse fruto.

Técnicos da Câmara, especialistas no sector e universidades vão estudar os terrenos baldios e os privados, indicar a variedade a plantar e encontrar soluções financeiras para a plantação maciça de árvores e, a manutenção dos soutos até à data da produção.

Poderá haver um parceiro, poderá ser só a Câmara a fazê-lo, poderá haver encargos para o privado ou não, conforme o rendimento final que cada parte tirar da produção.

Vamos ter o projecto, apresentá-lo às populações e, se conseguirmos um acordo, teremos um instrumento muito poderoso para apresentar ao Governo.

Queremos também lançar um reforço na Feira do Fumeiro e dar um salto quantitativo nesta área. Há privados que querem assegurar a produção para exportação. Ao nível da promoção e do enriquecimento cultural, talvez seja uma boa ideia, para explorar, dentro da componente rural e agrícola, criar um museu da matança do porco e do presunto.

Destacamos algumas iniciativas realizadas ou apoiadas pela Câmara.

- Projeto do Ecomuseu de Barroso
- Parapente
- caça e Pesca
- Apoio aos agricultores (Sanidade Animal)
- Feira do Fumeiro
- Concursos Pecuários
- Sextas 13
- Congresso de Medicina Popular
- Corrida do Encontro (Tourém)
- Carrilheiras
- BTT (prova Acácio Silva)
- Apoio Associação Produtores de Fumeiro
- Campanhas de promoção de produtos locais

3 – PLANO PLURIANUIAL DE INVESTIMENTO

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

O valor do PPI é de 12.094.000,00 euros. É um plano ponderado e realista.

Como indicam as siglas, este Plano é um Plano Plurianual. Inicia-se com o mandato e vai sendo alterado de acordo com as orientações mais específicas que se querem dar em cada ano e em função das possibilidades de financiamento das obras. Há continuidade e coerência relativamente aos planos anteriores e a novidade que o QREN nos pode oferecer, incluindo-se, por isso, projectos com afectação de verbas que garantem a execução da obra, mantendo-se sempre outros projectos sinalizados apenas para o efeito de maturidade das candidaturas.

Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia:

Este Orçamento é um orçamento forte num quadro muito difícil: Temos menos transferências do Estado, que se agravam depois dos cortes anteriores, cobramos menos receitas próprias, taxas e tarifas, e confrontamo-nos com apelos à ajuda da Câmara e mais necessidades de emergência social.

É forte porque apesar das dificuldades a Câmara apresenta uma situação financeira que nos coloca muito acima dos problemas de fluência das suas funções e obrigações que ataca outras autarquias. A nossa independência relativamente à dívida a curto, médio e longo prazo permite-nos canalizar receitas para investimentos e apoios sociais que não seriam possíveis com o dobro da dívida que a lei nos permite e que muitos ultrapassaram.

Mesmo assim não deixa de ser um orçamento austero que terá que ser gerido com o rigor de sempre.

Apesar deste equilíbrio permitido pela estruturação, continuamente exigente e responsável da nossa gestão, o orçamento é muito difícil pelo quadro em que se insere e porque tem de responder sempre perante 135 aldeias e um dos mais vastos territórios concelhios do país.

Um orçamento nunca responde a todas as necessidades muito menos em tempo de crise gravíssima como a que vivemos. Mas queremos com este orçamento e plano satisfazer a necessidade de realizar muitas das infra-estruturas que o acesso aos Fundos Comunitários nos permitirá, sem por em causa as pequenas obras, o apoio às associações e à solidariedade que a nossa consciência social impõe. E sem por em causa a boa saúde e a sustentabilidade financeira das contas autárquicas.

Assim, são objectivos: garantir o máximo de projectos financiados pelo QREN, sem por em causa a coesão social e regional do território.

Assumimos a ambição de procurar o máximo de realização financeiras no âmbito do QREN. Não faria sentido gastar o dinheiro em pequenas obras não financiadas e depois não termos a contrapartida nacional para levarmos a cabo projectos que só com o QREN podemos fazer, comprometendo assim, criminosamente, o nosso desenvolvimento infra-estrutural.

Ao longo dos últimos anos mostramos o nosso equilíbrio. Fizemos obras pequenas e tivemos dos melhores aproveitamentos dos Fundos Comunitários. E é assim que vamos continuar. E garantimos, para além deste equilíbrio as condições financeiras para em 2012 avançarmos mesmo sem financiamento garantido, com a estrada Montalegre A24. Mas se temos esta ambição, também podemos assegurar que não haverá obras para endividar a Câmara.

Neste quadro assumimos os seguintes objectivos:

- Concluir a obra da rede viária em curso.
- Concluir a UCC de Montalegre.

- Dar continuidade ao projecto já em curso do Pólo Museológico das Minas da Borralha.
- Iniciar as obras da urbanização de Salto.
- Iniciar a estrada de Montalegre à A24.
- Iniciar e compartilhar a obra da estrada de Salto a Cabeceiras se essa for a decisão Cabeceirense.
- Iniciar a obra de beneficiação do Parque do Cávado II.
- Iniciar a obra de beneficiação do Castelo.
- Iniciar a obra do Ecomuseu – Casa de Fafião.
- Iniciar a obra de beneficiação do Mercado Municipal.
- Iniciar a obra do Campo de Chegas de Bois na zona do Multiusos.
- Conseguir que o QREN financie, finalmente, as obras de água e saneamento que deverão contemplar mais de 10 aldeias.
- Continuar a aprofundar o projecto do Ecomuseu de Barroso, não só na vertente museológica, mas na área cultural, na promoção e dinamização dos produtos locais, como forma de criar riqueza e emprego
- Dar maturidade a candidaturas para que as obras possam avançar logo que hajam garantias suficientes de financiamento dos projectos:
 - Beneficiação da Central de Camionagem
 - Pavilhão Multifunções de Salto
 - Ninho de Empresas
 - Beneficiação de Biblioteca e Arquivo
 - Câmara Municipal, Praça do Município e Praça Camões

Apesar deste esforço que temos de fazer para encontrar co-financiamento que o QREN exige, garantimos, como já referi:

- Apoio aos agricultores a pagar já em Janeiro.
- Apoio aos Estágios Profissionais de jovens licenciados.
- Apoio a pequenas obras de beneficiação de habitação a carenciados.
- Apoio à educação (prolongamento do horário pré escolar, atividades de enriquecimento, alimentação, livros, material de desgaste e transporte a carenciados, etc).
- Apoio ao transporte público em todas as aldeias.
- Apoio a associações e à UCC.
- Pequenas obras nas aldeias.

É este um orçamento e plano novo, que parte de uma situação financeira inédita, que permitirá sustentabilidade e, por isso, mais meios financeiros para o envolvimento sócio- económico do nosso concelho.

Espero, sinceramente, que esta nova realidade possa repetir-se nos próximos anos e que faça regra.

Montalegre, Dezembro de 2011

O Presidente da Câmara

Dr. Fernando Rodrigues